



**RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR**  
**ISSN 2675-6218**

**COOPERAÇÃO UNIÃO EUROPEIA - ANGOLA E SUA INCIDÊNCIA NA LUTA CONTRA A  
 POBREZA EM ANGOLA: REALIDADE ACTUAL E DESAFIOS**

**EUROPEAN UNION COOPERATION - ANGOLA AND ITS IMPACT IN THE FIGHT AGAINST  
 POVERTY IN ANGOLA: CURRENT REALITY AND CHALLENGES**

**COOPERACIÓN UNIÓN EUROPEA - ANGOLA Y SU IMPACTO EN LA LUCHA CONTRA LA  
 POBREZA EN ANGOLA: REALIDAD ACTUAL Y DESAFÍOS**

Gerson Tiongo<sup>1</sup>, Flaviano Capita<sup>1</sup>

e5115902

<https://doi.org/10.47820/recima21.v5i11.5902>

PUBLICADO: 11/2024

**RESUMO**

A pobreza é um dos principais problemas enfrentados pelos Países em Vias do Desenvolvimento cuja solução passa pelo envolvimento de agentes internos e externos. A União Europeia tem desenvolvido um conjunto de acções visando reduzir a pobreza em Angola, cujo impacto é ainda desprezível. A questão que norteou a presente pesquisa foi: Quais os desafios para a melhoria da eficácia das acções de cooperação União Europeia – Angola na luta contra a pobreza em Angola. Com base na literatura, admitiu-se que o sucesso das acções de cooperação para o desenvolvimento depende da transformação das estruturas internas. O objectivo geral foi o de descrever os desafios para a melhoria da eficácia das acções de cooperação. Para o efeito, recorreu-se ao método dedutivo e, para a recolha de dados, à análise documental. As estatísticas espelham que de 2020 a 2022, a taxa de incidência da pobreza em Angola cifrou-se em 54%, 57% e 48%, respectivamente, demonstrando, deste modo, que o impacto das acções resultantes da cooperação União Europeia-Angola no combate à pobreza ainda é diminuto. As intervenções para melhorar a sua eficácia passam pela promoção da estabilidade macroeconómica, operacionalização de reformas estruturais, potenciação das infra-estruturas e aposta na educação e na formação profissional.

**PALAVRAS-CHAVE:** Cooperação para o Desenvolvimento. Pobreza. Solidariedade. Subsidiariedade.

**ABSTRACT**

*Poverty is one of the main problems faced by developing countries, the solution of which involves the involvement of internal and external agents. The European Union has developed a series of actions aimed at reducing poverty in Angola, the impact of which is still negligible. The question that guided the present research was: What are the challenges for improving the effectiveness of European Union-Angola cooperation actions in the fight against poverty in Angola. On the basis of the literature, it has been accepted that the success of development cooperation actions depends on the transformation of internal structures. The general objective was to describe the challenges for improving the effectiveness of cooperation actions. For this purpose, the deductive method was used and, for data collection, documentary analysis. Statistics show that from 2020 to 2022, the poverty incidence rate in Angola was 54%, 57% and 48%, respectively, thus demonstrating that the impact of actions resulting from European Union-Angola cooperation in combating poverty is still small. Interventions to improve its effectiveness include promoting macroeconomic stability, operationalising structural reforms, enhancing infrastructures and investing in education and vocational training.*

**KEYWORDS:** Cooperation for Development. Poverty. Solidarity. Subsidiarity.

**RESUMEN**

*La pobreza es uno de los principales problemas a los que se enfrentan los países en desarrollo, cuya solución pasa por la participación de agentes internos y externos. La Unión Europea ha desarrollado una serie de medidas destinadas a reducir la pobreza en Angola, cuyo impacto sigue siendo insignificante. La pregunta que guió la presente investigación fue: ¿Cuáles son los desafíos para mejorar la eficacia de las acciones de cooperación entre la Unión Europea y Angola en la lucha*

<sup>1</sup> Faculdade de Economia da Universidade 11 de Novembro.



## RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

COOPERAÇÃO UNIÃO EUROPEIA - ANGOLA E SUA INCIDÊNCIA NA LUTA CONTRA A  
POBREZA EM ANGOLA: REALIDADE ACTUAL E DESAFIOS  
Gerson Tiongo, Flaviano Capita

*contra la pobreza en Angola? Sobre la base de la literatura, se ha aceptado que el éxito de las acciones de cooperación al desarrollo depende de la transformación de las estructuras internas. El objetivo general fue describir los desafíos para mejorar la efectividad de las acciones de cooperación. Para ello se utilizó el método deductivo y, para la recolección de datos, el análisis documental. Las estadísticas muestran que de 2020 a 2022, la tasa de incidencia de la pobreza en Angola fue del 54 %, 57 % y 48 %, respectivamente, lo que demuestra que el impacto de las acciones resultantes de la cooperación entre la Unión Europea y Angola en la lucha contra la pobreza sigue siendo pequeño. Las intervenciones para mejorar su eficacia incluyen la promoción de la estabilidad macroeconómica, la puesta en práctica de reformas estructurales, la mejora de las infraestructuras y la inversión en educación y formación profesional.*

**PALABRAS CLAVE:** *Cooperación para el Desarrollo. Pobreza. Solidaridad. Subsidiariedad.*

### INTRODUÇÃO

A segunda metade do século XX marca uma fase de profundas transformações quer no domínio político como económico, destacando-se a independência de vários Estados africanos, a reconstrução da Europa destruída durante a IIª Guerra Mundial e a formulação de diversos modelos e teorias de desenvolvimento.

A experiência europeia serviu de base para a definição de diversas estratégias no sentido de promover o desenvolvimento de vários países, particularmente os Países em Vias de Desenvolvimento (mais adiante PVD). Esta fase de profundas mudanças no cenário económico e político mundial é igualmente marcada pelo advento da globalização, fenómeno que revolucionou o contacto entre os povos, tornando mais abertas as relações entre pessoas, economias e Estados.

Esta mudança de paradigma não beneficiou todos os países da mesma maneira, atendendo ao facto de que, os PVD não reuniam as condições de base para um crescimento sustentável, designadamente: infra-estruturas, estrutura económica, (capital humano, financeiro e físico), *know how* e tecnologia, para além dos conflitos políticos internos. Essas razões contribuíram para a agudização das condições de vida das populações (fundamentalmente na África Subsariana), cujos sinais continuam marcantes.

A pobreza é um dos factores que impede o desenvolvimento humano de Angola, cujas causas assentam nas políticas de assimetria, conflito armado, forte pressão demográfica, ineficiência dos serviços públicos, segurança alimentar e nutricional, ausência de fonte de renda, vulnerabilidade económica (forte dependência ao sector petrolífero, fraca estrutura produtiva, altas taxas de inflação e desvalorização cambial permanente).

Em 2001, a taxa de incidência da pobreza era de 62,2%, ou seja, mais da metade da população angolana vivia em estado de pobreza (MINPLAN, 2005). Em 2010, o total da população pobre que residia nas áreas rurais representava 56% e 44% nas áreas urbanas (Oliveira, 2012). Entre 2015 e 2016, cerca de 62,9% da população habitava na zona urbana e 37,1% na zona rural, porém, a proporção da pobreza era de 59,7% na área rural e 40,3% na área urbana. Em 2020 a incidência da pobreza em Angola foi de 54% e aumentava cinco vezes mais em agregados com sete



## RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

COOPERAÇÃO UNIÃO EUROPEIA - ANGOLA E SUA INCIDÊNCIA NA LUTA CONTRA A  
POBREZA EM ANGOLA: REALIDADE ACTUAL E DESAFIOS  
Gerson Tiongo, Flaviano Capita

ou mais filhos, o que implica que, 5 em cada 10 angolanos tinham um nível de consumo abaixo da linha da pobreza (INE e PNUD, Relatório Multidimensional sobre a Pobreza em Angola, 2020).

Fruto da incapacidade e/ou insuficiência dos factores endógenos em dar resposta às necessidades internas, Angola tem aderido a diversas organizações internacionais e celebrado diversos acordos/parcerias visando suprir os diversos desideratos internos. Neste domínio a União Europeia (mais adiante UE) tem desenvolvido um amplo programa de políticas públicas de cooperação, de modo a contribuir para a melhoria de alguns indicadores económicos, sociais, políticos, ambientais e institucionais.

### **Objectivo Geral e Específico**

O objectivo geral da presente pesquisa é de descrever os desafios para a melhoria da eficácia das acções da cooperação União Europeia – Angola, no âmbito da luta contra a pobreza em Angola. O objectivo específico definido é de avaliar o impacto das acções implementadas no âmbito da cooperação UE e Angola, na mitigação da pobreza.

### **Justificativa**

O combate à pobreza representa uma preocupação da humanidade, uma vez que, as suas causas e soluções, podem depender tanto de factores internos como externos. Analisar e avaliar os efeitos da cooperação bilateral União Europeia e Angola na redução da pobreza constitui uma das principais motivações para realização da presente pesquisa, para além de representar um desafio que visa dar resposta aos problemas enfrentados pelas comunidades rurais em Angola.

### **Problema**

A cooperação bilateral União Europeia - Angola é baseada no quadro de prioridades conjuntas na área social, económica e política, onde se destaca a luta contra a pobreza, formação e emprego e boa governação. Destes três eixos, o foco da investigação recai para a luta contra a pobreza. Neste domínio, a União Europeia tem implementado um conjunto de acções visando reduzir a pobreza em Angola através do programa FRESAN (Fortalecimento da Resiliência, Segurança Alimentar e Nutricional), nas províncias com maior incidência, nomeadamente: Namibe, Huíla e Cunene. Porém, as acções implementadas ainda não satisfazem os anseios das populações, pois os resultados obtidos comparativamente aos recursos empregues e objectivos definidos estão aquém das expectativas.

Diante desta realidade, a presente pesquisa propõe-se em responder à questão científica: Quais são os desafios para a melhoria da eficácia das acções da cooperação União Europeia – Angola, no âmbito da luta contra a pobreza em Angola?



## RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

COOPERAÇÃO UNIÃO EUROPEIA - ANGOLA E SUA INCIDÊNCIA NA LUTA CONTRA A  
POBREZA EM ANGOLA: REALIDADE ACTUAL E DESAFIOS  
Gerson Tiongo, Flaviano Capita

### 1. REFERENCIAL TEÓRICO

#### 1.1. Fundamentos da Cooperação

A cooperação é uma das formas representativas de capital social, com enfoque na economia social e solidária, caracterizada pelo associativismo, cooperativismo, interesse comum, solidariedade e interdependência, actuando quer na esfera pública como privada, para satisfação das necessidades globais (Caeiro, 2008, p. 62; 70). Segundo Namorado (2017, p. 6), a economia social e solidária é composta por três eixos ou fontes de energia, designadamente a cooperação, a reciprocidade e a solidariedade.

Para Putnam (2000) citado por Ferrarezi (2003, p. 14), uma sociedade caracterizada pela reciprocidade generalizada é mais eficiente pela mesma razão que o dinheiro é mais eficiente do que as trocas. A reciprocidade, enquanto princípio cultural que rege as relações institucionais formais e informais na comunidade é base das relações e instituições de capital social.

Em função do posicionamento teórico de Caeiro, Namorado e Putnam, pode-se concluir que, o associativismo, a educação económica através da cooperação, reciprocidade e solidariedade podem, por si só, promover a transformação do homem, permitindo com que este, saia de condições menos humanas para as mais humanas.

As crises económico-financeiras generalizadas, os surtos de desemprego, as desigualdades sociais resultantes da incapacidade dos Estados na promoção da repartição equitativa dos rendimentos têm evidenciado a necessidade do surgimento duma área específica que assuma um papel preponderante nas respostas mútuas das questões que vão surgindo, quer entre as pessoas (ricas e pobres) como para as nações (desenvolvidas e subdesenvolvidas).

Na visão do Papa Paulo VI (1967: n.º 14), a fraternidade entre os povos (desenvolvidos e subdesenvolvidos) deve constituir o principal reflexo da globalização, por acreditar que este dever diz respeito, em primeiro lugar, aos mais favorecidos. As suas obrigações enraizam-se na fraternidade humana e sobrenatural, apresentando-se sob um tríptico aspecto: o do dever de solidariedade, ou seja, o auxílio que as nações ricas devem prestar aos países em vias de desenvolvimento; o do dever de justiça social, isto é, a rectificação das relações comerciais defeituosas, entre povos fortes e povos fracos; o do dever de caridade universal, quer dizer, a promoção para todos, de um mundo mais humano e onde todos tenham qualquer coisa a dar e a receber, sem que o progresso de uns seja obstáculo ao desenvolvimento dos outros.

Esta doutrina demonstra que a solução dos problemas dos PVD depende parcialmente do envolvimento das nações mais desenvolvidas, alternativa que ganhou mais protagonismo com o processo de globalização, devido ao grau de abertura e de relações entre as pessoas e nações.

##### 1.1.1. Cooperação para o Desenvolvimento

O desenvolvimento integral do homem não pode realizar-se sem o desenvolvimento solidário da humanidade. O homem deve encontrar o homem, as nações devem encontrar-se como irmãos e



## RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

COOPERAÇÃO UNIÃO EUROPEIA - ANGOLA E SUA INCIDÊNCIA NA LUTA CONTRA A  
POBREZA EM ANGOLA: REALIDADE ACTUAL E DESAFIOS  
Gerson Tiongo, Flaviano Capita

irmãs, como alhos de Deus. Nesta compreensão e amizade mútua, deve-se começar também a trabalhar juntos para construir o futuro comum da humanidade. Por isso, sugere-se a busca de meios de organização e de cooperação concretos e práticos, para pôr em comum os recursos disponíveis e realizar, assim, uma verdadeira comunhão entre todas as nações (Papa Paulo VI, 1967).

Para Ferreira (2015, p. 1), a cooperação para o desenvolvimento consiste no esforço levado a cabo conjuntamente por países desenvolvidos e países em desenvolvimento, com a finalidade de combater as dificuldades económicas e sociais dos últimos de forma sustentável e duradoura. Já Afonso (2007, p. 33) considera que a cooperação para o desenvolvimento representa um dos instrumentos da política externa de que os Estados dispõem para aproximar os países desenvolvidos e aqueles em vias de desenvolvimento, facilitando desta forma, o diálogo norte-sul, fundamental no mundo multipolar que se busca. Do ponto de vista da sua nomenclatura, ela é muito vasta incluindo uma grande diversidade de fluxos, quanto a origem e natureza, visando promover o desenvolvimento económico e social nos países menos desenvolvidos.

### 1.1.2. Impacto da Cooperação Internacional no Desenvolvimento dos PVD

Os múltiplos fracassos observados na implementação de projectos de desenvolvimento em África têm levado muitos teóricos do desenvolvimento a reconhecer a influência decisiva das dinâmicas internas de cada contexto particular na eficácia das acções planeadas.

Existem algumas evidências empíricas sobre as condições em que a ajuda para o desenvolvimento é eficaz e demonstram que, ela tem conseguido reduzir a pobreza em países com instituições governativas fortes e com administrações económicas prudentes. Seguindo este raciocínio, a ajuda pública ao desenvolvimento (mais adiante APD) deve desempenhar um papel catalisador, interagindo com os fluxos privados, promovendo a eficácia e a boa governação. Por esta razão, os doadores tendem a colocar a ênfase no reforço e/ou desenvolvimento das capacidades humanas e institucionais (*capacity building*).

Segundo a investigação de Burnside e Dollar (1997; 2000) citada por Morreira (2004, p. 56), a eficácia da ajuda (em termos de crescimento, *proxy* desenvolvimento) depende do ambiente político dos países em desenvolvimento, isto é, a ajuda promove o crescimento económico dos países receptores, apenas na presença de boas políticas de natureza fiscal, monetária e comercial.

Alguns doadores pugnam sobretudo pela eficácia da ajuda ao desenvolvimento, defendendo que esta deveria ser fornecida prioritariamente aos países com condições internas para rentabilizá-la. Outros parecem privilegiar o lado mais humanitário do problema e a necessidade de reduzir a pobreza em todo o mundo. Porém, a questão essencial é determinar em cada situação, os interesses que devem ser privilegiados, entre os dos doadores, os dos países receptores da ajuda e os das agências encarregues da implementação das políticas de ajuda (Milando, 2013, p. 175).

Essa divergência tem influenciado em certa medida a eficiência e eficácia da ajuda externa, pois que, em algumas regiões, os interesses dos países doadores da ajuda (financiadores) se



## RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

COOPERAÇÃO UNIÃO EUROPEIA - ANGOLA E SUA INCIDÊNCIA NA LUTA CONTRA A  
POBREZA EM ANGOLA: REALIDADE ACTUAL E DESAFIOS  
Gerson Tiongo, Flaviano Capita

sobrepõem ao dos países receptores, o que acaba dificultando a materialização das acções que visam minimizar os efeitos da pobreza. Casos típicos desse tipo de parceria têm sido comuns em alguns países africanos, que por força dos interesses dos doadores são obrigados a implementar projectos, efectuar compras ou ainda contratar as empresas dos países financiadores (ajuda ligada), afastando o envolvimento dos actores locais enquanto protagonistas. A conjugação destas práticas aliadas aos desequilíbrios internos apresentados anteriormente, acabam revelando a outra faceta da solidariedade internacional, que é a cooperação sem desenvolvimento.

### 1.2. Pobreza

A pobreza tem os seus fundamentos enraizados na teoria clássica de Thomas Robert Malthus e no socialismo de Karl Marx e Frederich Engels, cujo foco está na distribuição da renda e da riqueza.

Na sua obra “Ensaio sobre o Princípio da População” publicada em 1798, Malthus afirma que a miséria da maioria da população é um fenómeno material e com tendência para um contínuo agravamento, na medida em que é consequência directa da diferença entre o ritmo de crescimento da população e o ritmo de crescimento da produção agrícola.

Esta visão malthusiana deixa claro que o problema da pobreza está assente no factor material (rendimento), pois que, a sua insuficiência ou inexistência impossibilita as pessoas e as nações de melhorarem as suas condições de vida e das populações. Isto implica claramente que, se o ritmo de crescimento da população for superior ao da produção, os níveis de pobreza multiplicam-se, devido a incipiência de recursos. Porém, Marx e Engels consideram que a distribuição da renda e da riqueza será sempre desigual a favor dos capitalistas e que, não há arranjo político e económico capaz de propiciar senão a pobreza absoluta ou relativa, para os trabalhadores.

Entretanto, existem outras teorias que evidenciam que, para além do factor material, vários outros elementos ou variáveis impactam a qualidade de vida das populações, como a saúde, o acesso a educação, ao emprego condigno, a liberdade de escolha e de pensamento.

Segundo o MINPLAN (2005:18), a pobreza é a insuficiência de recursos para assegurar as condições básicas de subsistência e de bem-estar, segundo as normas da sociedade. É qualificado como pobre aquele que possui más condições materiais de vida, que se reflectem na dieta alimentar, na forma de vestir, nas condições habitacionais, no acesso à assistência sanitária e nas condições de emprego.

Para Amartya Sen (1999), a pobreza é a privação das capacidades básicas de um indivíduo e não apenas como um rendimento inferior a um patamar pré-estabelecido. Na visão de Amaro citado por Oliveira (2012, p. 30), a pobreza é definida como a incapacidade de desenvolver uma vida longa, saudável e criativa e de usufruir de um nível de vida decente, com liberdade, dignidade, respeito por si próprio e respeito pelos outros.



## RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

COOPERAÇÃO UNIÃO EUROPEIA - ANGOLA E SUA INCIDÊNCIA NA LUTA CONTRA A  
POBREZA EM ANGOLA: REALIDADE ACTUAL E DESAFIOS  
Gerson Tiongo, Flaviano Capita

Em todos os posicionamentos apresentados acima é notório o foco no factor rendimento (recursos materiais) como um dos principais factores que impacta a pobreza. Com efeito, a pobreza é fortemente influenciada pela ausência de recursos para fazer face as necessidades básicas, permitindo que o homem desenvolva uma vida longa e feliz. Porém, várias outras dimensões da pobreza afectam os seres humanos, para além da questão material, isto é, a saúde, a educação, a formação profissional, emprego condigno, habitação, liberdade etc.

### 1.2.1. Causas e Consequências da Pobreza

Para Amaro (2003) citado por Oliveira (2012, p. 32), os níveis de pobreza têm aumentado significativamente e, conseqüentemente, a exclusão social. O autor resume os factores que causam o fenómeno em pleno século XXI como sendo:

- a) Factores macro (globais): relacionados com as configurações económicas em todo o mundo, os modelos económicos, os planos de desenvolvimento, a globalização da economia;
- b) Factores meso (locais ou sectoriais): tais como políticas regionais ou locais, discriminação contra imigrantes, toxicodependentes, portadores de doenças, existência de culturas locais fechadas, entre outras;
- c) Factores micro (pessoais e familiares): dos quais se destacam a dimensão e estatuto da família, o acesso aos serviços básicos de saúde e educação, entre outros.

Para Amartya Sen citado por Oliveira (2012, p. 32), a fome é considerada a consequência mais dramática da pobreza. O autor afirma igualmente que, uma pessoa morre de fome porque não tem capacidade de dispor de alimentos suficientes ou porque não utiliza essa capacidade para evitar carência alimentar.

### 1.2.2. Luta Contra a Pobreza

A luta contra a pobreza não representa apenas um desafio dos governos para o desenvolvimento dos países, mas sim, um compromisso da sociedade e da igreja visando promover o desenvolvimento solidário da humanidade. Na sua encíclica, o Papa Paulo VI (1967, n.º 14) enfatiza que, se um irmão ou uma irmã estiver nu, diz São Tiago, e precisar do alimento quotidiano e algum de vós lhes disser: ide em paz, aquecei-vos e saciai-vos, sem lhes dar o que é necessário ao corpo, de que lhes aproveitará? Hoje ninguém pode ignorar que, em continentes inteiros são inumeráveis os homens e as mulheres torturados pela fome, inumeráveis as crianças subalimentadas, a ponto de morrer uma grande parte delas em tenra idade e o crescimento físico e o desenvolvimento mental de muitas outras correrem perigo.

A luta contra a pobreza assume-se como uma responsabilidade de cada um no quadro da cidadania global, sendo uma questão de justiça social e um dever, num contexto mundial cada vez mais interdependente e globalizado. A política de ajuda ao desenvolvimento não deve, assim, ser encarada como um acto de caridade dos mais ricos para com os mais pobres, mas como uma



## RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

COOPERAÇÃO UNIÃO EUROPEIA - ANGOLA E SUA INCIDÊNCIA NA LUTA CONTRA A  
POBREZA EM ANGOLA: REALIDADE ACTUAL E DESAFIOS  
Gerson Tiongo, Flaviano Capita

necessidade ditada por critérios de elementar justiça, bem como um investimento no planeta e nas gerações futuras (Ferreira, 2015, p. 1). Na mesma filosofia de pensamento, Nelson Mandela considera que "combater a pobreza não é um gesto de caridade. É um acto de justiça. É a protecção de um direito humano fundamental, o direito à dignidade e a uma vida decente. Enquanto a pobreza persistir não haverá verdadeira liberdade".

O posicionamento dos autores acima deixa claro que, o problema da pobreza é transversal e que, a solução passa pelo envolvimento de diversos actores quer internos como externos, de modo a que seja promovida uma integração universal entre os mais pobres e os mais ricos, onde todos têm alguma coisa a dar e a receber, sem que, o bem-estar de uns represente prejuízo para os outros.

### 2. INCIDÊNCIA DA COOPERAÇÃO UNIÃO EUROPEIA - ANGOLA

A pobreza em África e de modo particular em Angola está associada a diversas causas, designadamente, medidas económicas inadequadas, escassez de investimentos (sobretudo estrangeiro), falta de operacionalidade do sector agrícola, estrutura económica pouco diversificada, instabilidade política, conflitos internos e externos (Kankwenda citado por Oliveira, 2012, p. 34). A conjugação destes factores, juntamente com as elevadas taxas demográficas, colocam a África como sendo o continente que regista o número mais elevado de pessoas a viver em condições de pobreza, fundamentalmente na região subsariana.

Dados do inquérito sobre o Bem-Estar à População (mais adiante IBEP) citados pelo Instituto Nacional de Estatística (mais adiante INE), apontam que, em 2010, 36,6% da população angolana encontrava-se a viver em condições de pobreza, da qual, 18,7% localizava-se nas zonas urbanas e 58,3% nas zonas rurais. Os dados do IBEP revelam igualmente um aumento da desigualdade entre os ricos e os pobres, ou seja, os 20% mais ricos arrecadam 59% das receitas e realizam 49% das despesas e, os 20% mais pobres arrecadam 3% das receitas e realizam 5% das despesas, isto é, o valor das despesas é superior ao valor do rendimento (Oliveira, 2012, p. 34). Isto quer dizer que, parte significativa da população angolana realizava despesas acima das suas capacidades, o que desde já, revela que em muitas famílias a satisfação das necessidades básicas depende das transferências ou apoio social e em outros casos resulta do endividamento, pois que o rendimento não serve para satisfazer o mínimo das necessidades.

Um estudo realizado pelo Ministério de Planeamento em 2004, considerava que a dimensão e a composição do agregado familiar estavam fortemente relacionadas com o índice de pobreza, isto é, quanto maior for o número de membros do agregado familiar maior é a incidência da pobreza. Esta análise encontra igualmente fundamento na teoria de Malthus que afirma que, a causa da pobreza está no facto do nível de crescimento populacional ser superior ao da produção (o que a princípio impossibilita uma melhor repartição do rendimento) e que, as pessoas sem rendimentos são as que mais geram filhos, pelo que, o Estado não deveria criar incentivos a essa franja da sociedade, devendo para o efeito adoptar medidas anti-natalistas.





## RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

COOPERAÇÃO UNIÃO EUROPEIA - ANGOLA E SUA INCIDÊNCIA NA LUTA CONTRA A  
POBREZA EM ANGOLA: REALIDADE ACTUAL E DESAFIOS  
Gerson Tiongo, Flaviano Capita

### 2.1. Causas da Pobreza em Angola

A pobreza em Angola pode estar associada a várias causas e factores. Segundo dados do Ministério do Planeamento (2005, p. 17), as principais causas da pobreza em Angola, estão aliadas ao conflito armado, forte pressão demográfica (alta taxa de fertilidade), destruição e degradação das infra-estruturas económicas e sociais, debilidade dos serviços de educação, saúde e protecção social, fraca oferta de bens e serviços internos, debilidade do quadro institucional, desqualificação e desvalorização do capital humano, ineficiência das políticas macroeconómicas, etc.

As províncias do Cunene, Huíla e Namibe apresentam uma taxa de incidência da pobreza superior a 50%, o que significa que, pelo menos 5 em cada 10 pessoas nessas províncias são multidimensionalmente pobres. (INE; PNUD, 2020).

Em termos globais, a taxa de incidência da pobreza (H) a nível nacional é estimada em 54,0%, o que significa que aproximadamente 5 em cada 10 pessoas no país são multidimensionalmente pobres. A taxa de intensidade média da pobreza (A), que reflecte a parcela de privações que cada pessoa pobre experimenta é de 48,9%, ou seja, os pobres em Angola sofrem em média cerca de metade de privações dos 16 indicadores incluídos no Índice de Pobreza Multidimensional de Angola (mais adiante IPM). O IPM de Angola é de 0,264, o que significa que as pessoas em todo território nacional experimentam em média 26,4% das privações que seriam vividas se todas as pessoas fossem privadas de todos os indicadores (Ibid).

### 2.2. Consequências da Pobreza em Angola

Conforme mencionado anteriormente, a pobreza em Angola está associada a diversas causas e factores, cujas consequências se reflectem diariamente na vida das famílias.

No seu artigo “ Olhar a pobreza em Angola” Oliveira (2012, p. 32), afirma que, a fome é uma das consequências drásticas da pobreza que se vive em Angola, porém, apesar deste factor, podem ser destacados outros efeitos deste flagelo, nomeadamente: a desnutrição (fundamentalmente das crianças), insegurança alimentar, crianças fora do sistema de ensino, surgimento de doenças e outras patologias, delinquência, prostituição, êxodo populacional, emigração, dualismo social, baixo nível de instrução da população, má qualidade de vida, falta de poder de compra, baixa expectativa de vida, exploração da mão – de – obra jovem e infantil.

Estas consequências são o reflexo da insuficiência de recursos, ineficiência das políticas de distribuição e redistribuição do rendimento, má governação, falta de estabilidade macroeconómica, mau ambiente de negócios, falta de políticas sociais concretas e dirigidas aos pobres, bem como a fraca estrutura produtiva interna.

### 2.3. Mecanismos para redução da Pobreza em Angola

Desde o alcance da paz em 2002, Angola tem vindo a adoptar um conjunto de mecanismos visando colmatar os diversos problemas que as comunidades rurais enfrentam, fundamentalmente o



## RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

COOPERAÇÃO UNIÃO EUROPEIA - ANGOLA E SUA INCIDÊNCIA NA LUTA CONTRA A  
POBREZA EM ANGOLA: REALIDADE ACTUAL E DESAFIOS  
Gerson Tiongo, Flaviano Capita

da pobreza (uma das principais consequências da guerra civil). Dentre os programas, destacam-se: Estratégia de Combate à Pobreza (mais adiante ECP), Plano Municipal Integrado de Desenvolvimento Rural e Combate a Pobreza (mais adiante PMIDRCP) e num passado recente o Plano Integrado de Desenvolvimento Local e Combate a Pobreza (mais adiante PIDLCP).

Porém, os resultados preconizados nunca foram efectivamente alcançados, devido a falta de estrutura produtiva, eficiência das políticas públicas, sustentabilidade e estratégias que privilegiam o contexto de cada comunidade ou município.

Um estudo realizado pela Associação de Desenvolvimento Rural e Ambiente (mais adiante ADRA), citado pela Agência Lusa (2022), aponta que, o problema da pobreza extrema é ainda mais forte do que se imagina, uma vez que, vai além da realidade estatística frequentemente apresentada pelo INE. Esta afirmação encontra os fundamentos no inquérito realizado por esta organização em algumas comunidades rurais de Malanje, Huambo e Benguela, onde mais de metade dos inqueridos afirmaram que, o PIDLCP não impactou a sua vida e não resolveu a situação mais urgente das comunidades, que são a fome, saúde, energia, água, mobilidade e educação.

O estudo aponta ainda que, "o programa ainda tem enormes desafios", pelo que é imperioso a necessidade de se assegurar o envolvimento das comunidades em todas as fases do planeamento das acções, conforme defende uma directiva do governo com apoio técnico do PNUD que, obriga as Administrações Municipais a consultarem as comunidades para a elaboração orçamental, acção que conta igualmente com o apoio de organizações da sociedade civil.

Na realidade, a constatação feita pela ADRA acaba sendo abrangente a outras regiões do país, pois constata-se que, muitas das acções enquadradas no referido programa, não correspondem com os anseios dos potenciais beneficiários, assim como o contexto, pelo facto de, a sua natureza ser do tipo *top down* e não permitir o redimensionamento ou reformulação dos projectos em função da realidade de cada território. Por esta razão, admite-se que, os falhanços de determinados programas gizados pelo governo residem no modelo político administrativo desconcentrado.

Um outro aspecto ainda associado a esta situação reside no facto de ser "o próprio governo" a criar mecanismos que estimulam os desnivelamentos e acentua as assimetrias entre as regiões, uma vez que, no âmbito do PIDLCP, o Ministério das Finanças em parceria com o Ministério da Administração do Território, alocam de forma mensal AKZ: 25.000.000,00 às 164 Administrações Municipais, para a execução dos projectos enquadrados no referido programa, sem se ter em conta que o grau de necessidades das comunidades não é uniforme (para além do contexto) e que, as regiões menos desenvolvidas (periferia) deveriam beneficiar da maior fatia para fazer face as necessidades, de modos a que a médio ou longo prazo haja um desenvolvimento equilibrado e harmonioso entre as regiões (Mat; Minfin, 2019; Jornal Expansão, 2022).



## RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

COOPERAÇÃO UNIÃO EUROPEIA - ANGOLA E SUA INCIDÊNCIA NA LUTA CONTRA A  
POBREZA EM ANGOLA: REALIDADE ACTUAL E DESAFIOS  
Gerson Tiongo, Flaviano Capita

### 3. ACÇÕES NO ÂMBITO DA COOPERAÇÃO UNIÃO EUROPEIA – ANGOLA

A União Europeia é o maior doador de apoio a Angola, ao abrigo do Fundo Europeu de Desenvolvimento (mais adiante FED). A estratégia bilateral de cooperação entre a União Europeia e o Governo de Angola tem por objectivo apoiar o desenvolvimento do país, ao contribuir na luta contra a pobreza e concretização dos objectivos de desenvolvimento sustentável, com enfoque em três prioridades (DUEA-FRESAN, 2022):

- a) Governança e desenvolvimento humano;
- b) Crescimento sustentável e emprego;
- c) Alianças e parcerias verdes.

É no âmbito dessas prioridades que a União Europeia formulou a sua estratégia de intervenção em Angola, centrada em três eixos prioritários, designadamente: luta contra a pobreza; formação e emprego e boa governança. Porém, na presente pesquisa, o foco é sobre o primeiro eixo, sem desprimor aos dois últimos, pelo facto de a pobreza ser influenciada por diversos factores e cuja solução é transversal.

Quanto a luta contra a pobreza, o principal mecanismo de intervenção é o programa de Fortalecimento da Resiliência, Segurança Alimentar e Nutricional em Angola (mais adiante FRESAN). Neste domínio, nos pontos subsequentes, apresentam-se as acções e os efeitos que as mesmas têm gerado nas províncias do Namibe, Huíla e Cunene.

#### 3.1. Capacitação Técnica para Adaptação às Alterações Climáticas

Os esforços para erradicar a pobreza e a insegurança alimentar em Angola têm enfrentado uma barreira de peso que são as alterações climáticas, de que resultam eventos extremos, sobretudo em áreas onde o meio de subsistência de grande parte da população depende da agricultura e da pecuária.

Tendo em conta que os efeitos das alterações climáticas têm afectado ao longo dos anos a região centro-sul do país, cujas actividades principais estão centradas na agricultura e pecuária, o impacto desses eventos naturais tem sido desastroso pois a seca e a estiagem constituem o principal factor da agudização das condições de vida das populações dessa região, particularmente das províncias do Cunene, Huíla e Namibe.

As alterações climáticas são um dos desafios globais que aumentam a vulnerabilidade dos países em desenvolvimento, sendo necessárias medidas adicionais, pelo que também são uma prioridade da União Europeia na cooperação para o desenvolvimento com Angola.

O FRESAN é um mecanismo crucial para mitigar os efeitos da seca nas três províncias mencionadas, ao financiar projectos destinados a desenvolver práticas agrícolas adequadas nas regiões áridas, desde produção agrícola à captação e gestão de água, passando pela educação



## RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

COOPERAÇÃO UNIÃO EUROPEIA - ANGOLA E SUA INCIDÊNCIA NA LUTA CONTRA A  
POBREZA EM ANGOLA: REALIDADE ACTUAL E DESAFIOS  
Gerson Tiongo, Flaviano Capita

nutricional, com vista a melhorar a subsistência das famílias camponesas nestas três províncias do sul de Angola.

O programa envolve também acções a nível institucional que permitem reforçar as capacidades dos órgãos públicos, por exemplo, em gestão de desastres. Nestes vários níveis de intervenção, o objectivo é melhorar a saúde das famílias e desenvolver as actividades locais para que, de modo gradual, as populações rurais ganhem capacidades para se tornarem mais resilientes e estáveis.

Neste domínio, as regiões afectadas têm beneficiado das acções da União Europeia, mas a dimensão da intervenção ainda não satisfaz as necessidades, pois a agricultura e a pecuária (que são as principais actividades económicas desenvolvidas na região e feitas de forma tradicional), exigem investimentos ao mais alto nível, para contrapor os efeitos da seca e da estiagem. Este cenário revela desde já, que a actividade agro-pecuária é influenciada em grande medida pela regularidade chuvas, factor que em caso de ausência, eleva os níveis de fome naquelas localidades.

### 3.2. Fortalecimento da Agricultura Familiar Sustentável

No âmbito da parceria União Europeia e Angola, foram implementadas nas províncias de Cunene, Huíla e Namibe, Escolas de Campo de Agricultores (mais adiante ECA), através do FRESAN em colaboração com o Fundo das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (mais adiante FAO).

A implementação das ECA serve como estratégia para acelerar o processo de formação dos agricultores familiares e abordar questões imediatas de segurança alimentar e nutricional. As ECA enquadram-se na implementação da componente FRESAN-FAO e, visam promover a resiliência alimentar e nutricional de forma integrada com pequenos agricultores.

A construção das ECA no Sul de Angola permite aos camponeses conhecer melhor as técnicas a utilizar para obterem uma maior e melhor produção agrícola, mais adaptada às alterações climáticas e conseqüentemente à seca. Um dos primeiros passos das ECA é o envolvimento na formação dos técnicos do Instituto de Desenvolvimento Agrário (IDA) e do Instituto de Segurança Veterinária (ISV) sobre a metodologia ECA (FRESAN, 2022).

O sector agrícola em Angola, em especial o de sequeiro, é vulnerável a riscos como secas, cheias e intempéries no início e no decorrer da estação de crescimento. Devido às alterações climáticas, estes eventos são cada vez mais frequentes, intensos e imprevisíveis e, podem levar os pequenos agricultores a não aumentar a produção ou não investir de forma sustentável na terra.

As alterações climáticas e a exposição continuada a secas prolongadas colocam assim em risco a capacidade de produção, comercialização, armazenamento e consumo das famílias. Todos estes factores contribuem para uma fraca diversificação da dieta afectando a capacidade de resiliência da população e contribuindo para aumentar a vulnerabilidade, à insegurança alimentar e nutricional.



## RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

COOPERAÇÃO UNIÃO EUROPEIA - ANGOLA E SUA INCIDÊNCIA NA LUTA CONTRA A  
POBREZA EM ANGOLA: REALIDADE ACTUAL E DESAFIOS  
Gerson Tiongo, Flaviano Capita

No Sul do país, secas recorrentes e cheias frequentes têm afectado sobretudo as províncias do Cunene, da Huíla e do Namibe. Estas situam-se numa zona agro-ecológica árida e semi-árida, que se caracteriza por desertos, savanas e florestas. As três províncias têm em conjunto quase 4 milhões de habitantes, a maioria dos quais localizados na Huíla, destes, mais de 2,6 milhões vivem em zonas rurais, representando 66% da população total (INE, 2016).

A região é maioritariamente agro-pastoril e, a pecuária é um importante activo para efeitos de sustento, sobretudo o gado bovino, mas também cabras, ovelhas, porcos e aves. A nutrição depende da criação de gado, da produção de leite e de cereais, da compra de alimentos nos mercados, da pesca sazonal (nas zonas costeiras e ribeirinhas), da horticultura, assim como do mercado de trabalho impulsionado pelo comércio e pela indústria (cerca de 68% dos agregados familiares nas províncias do Cunene e da Huíla dedicam-se à agricultura) (FRESAN, 2022).

As principais culturas agrícolas são os pequenos cereais (massango e massambala), juntamente com o milho e o feijão especialmente na Huíla, cuja parte norte é uma das grandes áreas de produção de cereais em Angola e, nos últimos anos tem havido crescimento de tubérculos como a mandioca e a batata-doce. A produção local de massango e de massambala fornece os alimentos básicos até metade do ano, já na segunda metade, as necessidades alimentares são supridas com a compra de produtos alimentares nos mercados, o que desde já manifesta uma condição de dependência das chuvas e por outro, a qualidade dos solos não permite o desenvolvimento da agricultura em tempo seco. Ao longo da costa do Namibe, os rendimentos baseiam-se mais na pesca comercial, semi-industrial e de grande escala, bem como em actividades pesqueiras de pequeno porte (FRESAN, 2022).

Tal como na maioria das restantes zonas rurais em Angola, os poços são os principais meios de abastecimento de água. Os rios são também um importante recurso, sobretudo para os animais. Em muitas áreas, não há infra-estruturas de saneamento básico adequadas. Na Huíla, 35,5% dos agregados familiares têm acesso a água potável, percentagem que sobe para 48% no Namibe, enquanto no Cunene apenas 23% dos agregados familiares têm acesso a água e menos de 12% das famílias têm infra-estruturas de saneamento básico (Ibid).

### 3.3. Reforço dos Sistemas de Informação sobre Segurança Alimentar e Nutricional

O programa FRESAN, fundamental para os esforços de combate à pobreza e de reforço da segurança alimentar tem vindo a realizar acções que visam fortalecer a agricultura familiar sustentável nas províncias do Cunene, da Huíla e do Namibe até 2027. Para o efeito, existe uma abordagem com base em componentes interligadas para mitigar as causas da insegurança alimentar e nutricional, bem como a vulnerabilidade das populações no Sul de Angola mais afectadas pelas alterações climáticas, assim como lacunas institucionais aos níveis central e regional.

Para o horizonte de 2018 à 2024, a União Europeia disponibilizou para Angola, no âmbito do programa FRESAN, 65 milhões de Euros, com a finalidade de melhorar a qualidade de vida das



## RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

COOPERAÇÃO UNIÃO EUROPEIA - ANGOLA E SUA INCIDÊNCIA NA LUTA CONTRA A  
POBREZA EM ANGOLA: REALIDADE ACTUAL E DESAFIOS  
Gerson Tiongo, Flaviano Capita

comunidades rurais, fundamentalmente das regiões mais assoladas pela seca, nas quais regista-se maior incidência da pobreza. Trata-se de uma iniciativa conjunta com o Governo de Angola para reduzir a fome, a pobreza e a vulnerabilidade das comunidades afectadas pela seca no sul do país.

O FRESAN adopta uma abordagem integrada e multidisciplinar à segurança alimentar e aposta no reforço dos meios de vida das comunidades para que estas sejam mais resilientes. Num contexto de alterações climáticas e numa região severamente afectada pela seca, o programa pretende disseminar tecnologias e soluções assentes no acesso e conservação de água e do solo, na agro-ecologia e na selecção de variedades de sementes resistentes à seca, que permitam reduzir a vulnerabilidade dos cultivos e aumentar de forma sustentável a produção dos pequenos agricultores (em paralelo, pretende melhorar a qualidade da dieta dos agregados familiares). No seu escopo, o programa visa apoiar os parceiros provinciais e nacionais no planeamento, na coordenação e na monitorização da segurança alimentar e nutricional, bem como no desenvolvimento de sistemas de informação.

### 3.4. Avaliação dos resultados da Cooperação

A intervenção da União Europeia na luta contra a pobreza em Angola tem sido concretizada através do programa FRESAN. Conforme dito anteriormente, a avaliação incide sobre o impacto que as acções implementadas pela UE têm estado a proporcionar nas comunidades rurais das três (03) províncias evidenciadas, visando a redução da pobreza.

#### 3.4.1. Avaliação da Eficiência

A União Europeia, no âmbito da sua intervenção em Angola (onde estão inclusos os eixos da luta contra pobreza, formação e emprego e boa governação), investiu através do Fundo Europeu de Desenvolvimento, 444 milhões de £ (de 2008 à 2020) e 65 milhões de £ (para o horizonte de 2018 à 2024), com a finalidade de apoiar a governação, reformas económicas e institucionais, desenvolvimento humano e social, desenvolvimento rural, segurança alimentar e desminagem, tendo como objectivo estratégico “o Acordo de Cotonou de combate à pobreza” (CE-DUEA, 2022, p. 11; Forbes, 2022).

Comparando o volume dos recursos empregues (input) e os resultados obtidos (output), verifica-se que, existe ineficiência na concretização das acções enquadradas no programa, uma vez que, produziram efeitos abaixo das expectativas, isto é, apenas 20% da população pobre beneficiou das referidas acções.

#### 3.4.2. Avaliação da Eficácia

Num universo de 2,5 milhões de habitantes considerados pobres nas três províncias em voga, a União Europeia, através do programa FRESAN definiu como objectivos a concretizar no âmbito da erradicação da pobreza em todas as formas e lugares em Angola, a melhoria da



## RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

COOPERAÇÃO UNIÃO EUROPEIA - ANGOLA E SUA INCIDÊNCIA NA LUTA CONTRA A  
POBREZA EM ANGOLA: REALIDADE ACTUAL E DESAFIOS  
Gerson Tiongo, Flaviano Capita

segurança alimentar e nutricional, assegurar a disponibilidade e a gestão sustentável de água e o fortalecimento da agricultura familiar sustentável (CE-DUEA, 2022).

Os objectivos definidos visam beneficiar 600 mil agregados familiares, representativos da população pobre referenciada no ponto anterior. Comparativamente aos resultados obtidos e os objectivos definidos, apenas 120 mil famílias beneficiaram das acções enquadradas na presente parceria, o que corresponde a 20% aproximadamente.

Analisando o rácio objectivos preconizados e resultados alcançados, pode afirmar-se que as acções de cooperação União Europeia e Angola na luta contra a pobreza, não têm estado a proporcionar os benefícios esperados pelas populações das regiões assoladas pelo fenómeno da pobreza.

Em função dos investimentos feitos e dos objectivos definidos, nota-se que, os resultados obtidos estão aquém das expectativas. Com base aos elementos evidenciados na base teórica e atendendo ao contexto sócio-económico e político que o país atravessa, caracterizado por excessiva vulnerabilidade económica e social (fraca estrutura produtiva, inflação e desvalorização cambial), mau ambiente de negócios, ineficiência das políticas públicas, a corrupção, bem como as limitações financeiras dos países doadores e a crise causada pela pandemia da Covid-19, pode concluir-se que, os factores mencionados condicionaram a concretização das acções planificadas.

### 3.5. Desafios para a Melhoria da Eficácia da Cooperação União Europeia-Angola

Tendo em conta que em Angola, a pobreza incide em mais de 41% da população e desta franja, 56% está nas zonas rurais e 44% nas zonas urbanas e periurbanas, com base na análise sobre a incidência das acções de cooperação União Europeia – Angola na mitigação da pobreza, cujos resultados ainda não satisfazem os anseios da população, abaixo, descrevem-se os desafios para a melhoria da eficácia das acções no âmbito da parceria bilateral entre as partes, com o fito de garantir a concretização do programa de fortalecimento da resiliência, segurança alimentar e nutricional em Angola.

#### 3.5.1. Promoção da Estabilidade Macroeconómica

A estabilidade macroeconómica é um dos indicadores fundamentais para a garantia da viabilidade dos programas e acções quer públicas como privadas no âmbito da cooperação internacional e políticas públicas internas. Nesta conformidade, a realidade de Angola tem-se revelado totalmente adversa, atendendo ao grau de vulnerabilidade da sua economia, caracterizada até ao momento por uma maior participação do sector petrolífero, estrutura produtiva pouco diversificada, dependência excessiva das importações, vulnerabilidade cambial (desvalorização constante da moeda, causando alterações periódicas de preços), mau ambiente de negócios (inibindo a presença do sector privado externo e interno), alta taxa de inflação e ausência de políticas eficientes de promoção da empregabilidade.



## RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

COOPERAÇÃO UNIÃO EUROPEIA - ANGOLA E SUA INCIDÊNCIA NA LUTA CONTRA A  
POBREZA EM ANGOLA: REALIDADE ACTUAL E DESAFIOS  
Gerson Tiongo, Flaviano Capita

Neste sentido, conforme defende o Banco Mundial e os autores Afonso (2005) e Milando (2013), a eficiência das políticas internas de estabilização macroeconómica são indispensáveis para promover a eficiência e a eficácia das acções no âmbito da cooperação externa, quer pela via da ajuda pública para o desenvolvimento ou do investimento directo estrangeiro. Assim sendo, torna-se necessário a adopção de políticas económicas (fiscais, monetárias e comerciais) que favoreçam a diversificação da economia, para fomentar a produção interna (reduzir as importações, estimular as exportações e controlar a taxa de câmbio) e a empregabilidade, exercer maior controlo sobre os preços pela via das políticas mencionadas (para salvaguardar as expectativas dos agentes económicos e garantir a viabilidade dos projectos e actividades, quer públicos como privados), para além da adopção de medidas de políticas de atracção e fomento do investimento nacional e estrangeiro de base local, fundamentalmente nas regiões caracterizadas por elevado potencial em termos de recursos naturais.

### 3.5.2. Consolidação e Reformulação de Condicionantes de Desenvolvimento

Os pilares do desenvolvimento numa sociedade e numa nação estão assentes na boa governação (fomento da estabilidade de longo prazo, transparência na gestão dos recursos financeiros, combate a corrupção e a impunidade), na eficiência das instituições públicas (formação para o reforço das capacidades institucionais na gestão, execução e monitoramento das actividades) e nas reformas económicas (diversificação do tecido produtivo, ambiente de negócios, políticas de atracção de investimento, infra-estruturas de apoio a produção de bens e serviços, legislação fiscal, aduaneira, monetária e comercial competitiva).

Neste sentido e, conforme afirma Milando (2013, p. 176), para se colmatar os desequilíbrios que os países em vias de desenvolvimento vivem (receptores de ajuda) é fundamental que se consolidem e se reformule um conjunto de condicionantes internos, fundamentalmente os associados à boa governação, eficiência das instituições públicas e as reformas económicas, pois se reconhece que, estes e outros factores exercem uma influência significativa nos diversos problemas que os PVD enfrentam.

### 3.5.3. Reformas na Estrutura Económica, Política e Institucional

Os factores institucionais influenciam de forma directa e indirecta o processo de desenvolvimento. Neste quesito, as reformas nas políticas que visam consolidar o papel das instituições do Estado na concretização dos principais objectivos de desenvolvimento revelam-se extremamente importantes. Requer-se neste aspecto, uma maior promoção da parceria entre o Estado, sector privado, as universidades e a sociedade civil para melhoria do *status quo*, visando a promoção da eficiência na elaboração, execução e acompanhamento das acções que visam melhorar a qualidade de vida das populações, fundamentalmente das zonas rurais, que pouco beneficiam e sem eficácia das políticas públicas de desenvolvimento implementadas pelo Governo.





## RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

COOPERAÇÃO UNIÃO EUROPEIA - ANGOLA E SUA INCIDÊNCIA NA LUTA CONTRA A  
POBREZA EM ANGOLA: REALIDADE ACTUAL E DESAFIOS  
Gerson Tiongo, Flaviano Capita

Como afirma Milando (2013, p. 146), “as sociedades africanas não tinham conseguido desenvolver previamente nem infra-estruturas, nem força de trabalho devidamente treinada, como consequência da dominação colonial a que estiveram sujeitas, durante vários séculos” e Capita (2015) “os problemas das infra-estruturas, tecnologia, capital humano e financeiro, condicionam em grande medida o desenvolvimento dos países africanos, particularmente Angola”. Assim sendo, torna-se necessário que o Governo crie condições para potencializar o sector económico e social, quer pela via de investimentos físicos (formação bruta de capital fixo), investimento em I&D e na qualificação do homem (considerado como principal factor de desenvolvimento duma nação).

### 3.5.4. Reformulação das Políticas Públicas de Desenvolvimento Local

Dentre os diversos factores que afectam as más condições de vida das populações, a ineficiência das políticas públicas configura-se como um dos principais problemas, pelo que, os elementos que caracterizam o contexto de cada região devem ser tidos em conta, para além do facto de se criar instrumentos que estimulam os investimentos nas zonas rurais, cujos estudos evidenciam a existência de potencialidades, mas que, as actividades desenvolvidas pouco ou nada têm servido para melhorar a qualidade de vida das populações locais.

A realidade tem mostrado que os programas de desenvolvimento (diversificação da economia e combate à pobreza) definidos pelo topo não têm estado a gerar os efeitos esperados, pois existe uma descontextualização dos problemas identificados com as acções implementadas. Neste sentido, a elevação do poder local dos pontos de vista político, administrativo, económico, social e financeiro, revela-se indispensável, permitindo com que os actores locais sejam os próprios protagonistas do seu desenvolvimento, podendo contar parcialmente com o envolvimento de elementos externos ao território. A abertura a intervenção externa (União Europeia) para o auxílio na concepção das acções, assistência técnica e monitoramento aos projectos e actividades, pode igualmente servir de factor diferenciador para colmatar as lacunas endógenas e garantir o sucesso dos programas gizados, visando o combate à fome e à pobreza e, promover o equilíbrio harmonioso em termos de desenvolvimento entre o centro e a periferia (zona urbana e rural).

### 3.5.5. Aposta na Educação e na Formação Profissional

Este indicador revela-se extremamente importante para a mudança de paradigma nas comunidades rurais em Angola, uma vez que, as estatísticas do INE e do PNUD demonstram que grande parte dos pobres, não tem acesso a educação, a uma formação profissional capaz de garantir o auto-emprego e nem possui condições económicas e financeiras para esse efeito (uma vez que as actividades desenvolvidas são de subsistência e incipientes para gerar recursos visando alterar o *status quo*), situações essas que revelam a ineficiência e insuficiência dos serviços oferecidos à população fundamentalmente das zonas rurais, factor que acentua a desigualdade social entre o norte e o sul.



## RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

COOPERAÇÃO UNIÃO EUROPEIA - ANGOLA E SUA INCIDÊNCIA NA LUTA CONTRA A  
POBREZA EM ANGOLA: REALIDADE ACTUAL E DESAFIOS  
Gerson Tiongo, Flaviano Capita

Sobre o aspecto da formação, o Papa Paulo VI (1967, p. 11), afirmou que, o crescimento económico depende, em primeiro lugar do progresso social que ela pode suscitar e que, a educação de base é o primeiro objectivo dum plano de desenvolvimento. Na mesma linhagem, De Melo (2009, p. 502) afirma que, a competitividade de uma empresa depende da quantidade, qualidade e aptidões produtivas da sua mão-de-obra, que no território se forma, evidenciando claramente a inseparabilidade da componente económica da educativa/formativa. Este facto revela mais uma vez que, os eixos que norteiam o desenvolvimento do país devem necessariamente centrar-se na transformação e capacitação do homem, por constituir a peça chave do processo de desenvolvimento.

### 3.5.6. Fomento às Micro, Pequenas e Médias Empresas nas Zonas Rurais

Para além do elevado potencial que o país apresenta em termos de recursos, existe uma mão-de-obra jovem e com potencial de aprendizagem para o exercício das actividades remuneradas e que representem mais-valia para a economia nacional, com particular destaque para o sector primário e terciário que são considerados segmentos chaves para a diversificação da economia. Tendo em conta que os territórios que compõem Angola são caracterizados como sendo do tipo II, isto é, com níveis de vida intermédios ou baixos, as políticas de desenvolvimento a adoptar devem ser aquelas que visam essencialmente ajudar a descobrir o que está encoberto, suscitando e incubando o aparecimento de iniciativas autóctones ou atraindo capacidades empresariais exteriores ao território.

Nesta esfera, as micro, pequenas e médias empresas (mais adiante MPME) representam o segmento de actividade económica capaz de valorizar o potencial endógeno existente, com o devido apoio técnico, institucional e financeiro (da União Europeia e outros parceiros), para capacitação permanente, visando a agregação de valor à economia local e melhoria da qualidade de vida da população. Atendendo a sua importância na criação de oportunidades ocupacionais é fundamental que sejam criadas políticas de protecção e fomento ao surgimento de *sturt up* ao nível das comunidades, pois as MPME são mais propensas à criação de empregos, comparativamente as grandes empresas, devido a intensidade capitalista e tecnológica.

## 4. METODOLOGIA

A base de sustentação da presente pesquisa é a investigação bibliográfica, pela possibilidade que concede na análise comparativa de diversas posições acerca da cooperação e da pobreza, apresentação de teorias e conceitos fundamentais sobre o tema em referência, permitindo ao pesquisador defender de forma lógica e criativa as ideias.

Com a identificação do problema e as variáveis que a influenciam é imprescindível que se faça a descrição pormenorizada de ambas (investigação descritiva), apresentando os conceitos, as



## RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

COOPERAÇÃO UNIÃO EUROPEIA - ANGOLA E SUA INCIDÊNCIA NA LUTA CONTRA A  
POBREZA EM ANGOLA: REALIDADE ACTUAL E DESAFIOS  
Gerson Tiongo, Flaviano Capita

características dos indicadores da realidade e definir os caminhos para melhoria da eficácia das acções de cooperação entre a União Europeia e Angola visando erradicar a pobreza.

Quanto aos métodos de abordagens, fez-se recurso ao hipotético-dedutivo, pelo facto de permitir o enquadramento das diversas teorias sobre o tema e adequá-las ao contexto da pesquisa. Relativamente às técnicas de recolha de dados, a eleição incide sobre a análise documental, com refúgio às fontes secundárias, cujos produtores dos documentos não são participantes. A documentação é indirecta, quer dos dados relativos à cooperação como a pobreza, recolhidos nos materiais bibliográficos relacionados ao tema, publicados por outros autores (livros, artigos registados e publicados em pdf e em qualquer tipo de suporte, relatórios, teses, dissertações e trabalhos de licenciatura) e instituições (INE, UE, MINPLAN, UE, PNUD, CAD, OCDE, e BM).

### 5. CONSIDERAÇÕES

A presente reflexão objectivou descrever os desafios para a melhoria da eficácia das acções da cooperação União Europeia – Angola, na luta contra a pobreza em Angola. Após análise das teorias sobre a cooperação para o desenvolvimento, apresentação das políticas públicas de cooperação União Europeia - Angola e sua incidência na mitigação da pobreza (cujos resultados ainda não satisfazem ou estão aquém das metas), chegou-se às seguintes conclusões:

A cooperação funciona, em muitas circunstâncias, como tecido conjuntivo das sociedades humanas ou das suas organizações, enquadrando-se na filosofia do capital social (economia social e solidária) e da globalização, caracterizada pelo associativismo, cooperativismo reciprocidade, fraternidade e solidariedade entre as pessoas, povos e nações;

Os PVD apesar de possuírem elevados recursos naturais, apresentam fortes limitações na produção interna (estrutura económica pouco diversificada), ineficiência na oferta de bens e serviços públicos, fraco tecido empresarial, baixo grau de instrução, ausência de infra-estruturas, fontes de financiamento, capital humano e tecnologia;

No âmbito do compromisso global para o desenvolvimento dos PVD, a União Europeia e Angola vêm desenvolvendo uma parceria a mais de 30 anos, assentes num quadro de prioridades conjuntas na área social, económica e política, onde se destaca a luta contra a pobreza, formação e emprego e boa governação;

Para a concretização das acções enquadradas na parceria bilateral entre a União Europeia e Angola na luta contra a pobreza foi implementado o programa FRESAN (Fortalecimento para Resiliência, Segurança Alimentar e Nutricional em Angola), cujas actividades centram-se nas provinciais com maior incidência da pobreza, designadamente Cunene, Namibe e Huíla;

Da avaliação feita sobre a incidência da cooperação União Europeia e Angola na luta contra a pobreza em Angola, constatou-se que, de 2008 a 2020 foram investidos cerca de 444 milhões de £ e 65 milhões £ para o horizonte de 2018 à 2024, que beneficiariam 120 mil famílias pobres



## RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

COOPERAÇÃO UNIÃO EUROPEIA - ANGOLA E SUA INCIDÊNCIA NA LUTA CONTRA A  
POBREZA EM ANGOLA: REALIDADE ACTUAL E DESAFIOS  
Gerson Tiongo, Flaviano Capita

aproximadamente (num universo de 600 mil agregados), resultados que não satisfazem as expectativas das regiões assoladas pelo flagelo da pobreza;

Diante deste quadro e em função dos condicionalismos da cooperação para o desenvolvimento apresentados na base teórica, os principais desafios propostos para melhoria da eficácia das acções da cooperação União Europeia – Angola na luta contra a pobreza, prendem-se com a promoção da estabilidade macroeconómica, promoção de reformas estruturais no governo (fortalecimento das instituições), na economia (diversificação da economia) e na justiça (combate a corrupção, ao branqueamento de capitais e a impunidade), reformulação dos programas de combate a pobreza, melhoria do ambiente de negócio (incentivo ao investimento privado interno e externo), potenciação das infra-estruturas económicas e sociais, reformulação dos programas de fomento a produção nacional e aposta na educação e formação profissional para o fomento do auto-emprego.

Em função dos fundamentos apresentados, da análise feita sobre a realidade da pobreza em Angola e os resultados obtidos da cooperação União Europeia e Angola, pode-se concluir que, os objectivos definidos na presente pesquisa foram alcançados.

### REFERÊNCIAS

AFONSO, Maria Manuela. **Cooperação para o Desenvolvimento**: O Papel da Ajuda no Contexto Africano. Lisboa: [s. n.], 2007, disponível em: [www.google.com](http://www.google.com). Acesso em: 22 nov. 2022.

CAEIRO, Joaquim M. Croca. **Economia Social**: Conceitos, Fundamentos e Tipologia. Lisboa: [s. n.], 2008, Disponível em [www.google.com](http://www.google.com). Acesso em: 2 maio 2021.

CAPITA, Flaviano Luemba. **Transformações na Estrutura Económica Interna para o Desenvolvimento em Angola**. [S. l.: s. n.], 2015, disponível em [www.google.com](http://www.google.com). Acesso em: 20 mar. 2021.

COMISSÃO EUROPEIA. **Avaliação da Cooperação da União Europeia com Angola, 2008-2020**. [S. l.: s. n.], 2020. Disponível em: [www.google.com](http://www.google.com) Acesso em: 6 jun. 2023.

FERRAREZI, Elisabete. **Capital Social**: Conceitos e Contribuições às Políticas Públicas. [S. l.: s. n.], 2003. Disponível em: [www.google.com](http://www.google.com) Acesso em: 6 jun. 2023

FERREIRA, Patrícia Magalhães. **Cooperação para o Desenvolvimento**. Lisboa: [s. n.], 2015. Disponível em: [www.google.com](http://www.google.com) Acesso em: 2 mar. 2022.

Forbes África Lusófona. **Evolução da Cooperação União Europeia Angola**. [S. l.: s. n.], 2022, disponível em Disponível em: [www.google.com](http://www.google.com) Acesso em: 4 fev. 2023.

INE/PNUD. **Relatório Final Sobre a Pobreza Multidimensional em Angola**. [S. l.]: INE/PNUD, 2020. Disponível em: [www.ine.gov.ao](http://www.ine.gov.ao). Acesso em: 17 nov. 2022.

MELO, J. P. Barbosa. **Compêndio de Economia Regional - A Problemática e as Políticas de Desenvolvimento Local**. Cascais: Editora Principia, 2009.

MILANDO, João. **Cooperação sem Desenvolvimento**. Luanda-Angola: Editora Mayamba, 2013.



## RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

COOPERAÇÃO UNIÃO EUROPEIA - ANGOLA E SUA INCIDÊNCIA NA LUTA CONTRA A  
POBREZA EM ANGOLA: REALIDADE ACTUAL E DESAFIOS  
Gerson Tiongo, Flaviano Capita

MINISTÉRIO DO PLANEAMENTO. **Estratégia de Combate à Pobreza, 2004 e 2005**. [S. l.]: Minplan, 2005. Disponível em: [www.minplan.gov.ao](http://www.minplan.gov.ao). Acesso em: 9 jan. 2023.

NAMORADO, Rui-Feuc. **Economia Social**. [S. l.: s. n.], 2017. Disponível em: [www.google.com](http://www.google.com). Acesso em: 6 jun. 2023.

OLIVEIRA, Silva. **Olhar a Pobreza em Angola**: Causas, Consequências e Estratégias para sua Erradicação. Lisboa: [s. n.], 2012. Disponível em: [www.google.com](http://www.google.com). Acesso em: 9 jan. 2023.

PAOLO VI. **Encíclica Sociale Populorum Progressio**. Vaticano: Libreria Editrice, 1967. Disponível em: [www.google.com](http://www.google.com). Acesso em: 22 dez. 2022.

UN. **Agenda 2030 das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável**. Disponível em [www.un.org](http://www.un.org); [www.minplan.gov.ao](http://www.minplan.gov.ao); [www.google.com](http://www.google.com) Acesso em: 10 abr. 2021.

UNIÃO EUROPEIA. **Programa de Fortalecimento da Resiliência, Segurança Alimentar e Nutricional de Angola (FRESAN)**. [S. l.]: UE, 2022. Disponível em: [www.google.com](http://www.google.com). Acesso em: 23 maio 2023.

### SITES CONSULTADOS

Jornal de Angola - [www.jornaldeangola.com](http://www.jornaldeangola.com)

Jornal Expansão - [www.jornalexpansao.co.ao](http://www.jornalexpansao.co.ao)

Ministério da Administração do Território - [www.mat.gov.ao](http://www.mat.gov.ao)

Ministério da Economia e Planeamento - [www.mep.gov.ao](http://www.mep.gov.ao)

Ministério das Finanças - [www.minfin.gov.ao](http://www.minfin.gov.ao)